



Universidade de Brasília

FACULDADE UnB PLANALTINA

LICENCIATURA EM CIÊNCIAS NATURAIS

**UM OLHAR SOBRE ESCOLAS INCLUSIVAS DE
PLANALTINA-DF: DEFICIENTES AUDITIVOS**

AUTOR (A): JÉSSICA LAIS N. MACHADO

ORIENTADOR (A): Dra. MARIA DE LOURDES LAZZARI DE FREITAS

Planaltina - DF

Dezembro 2013



Universidade de Brasília

FACULDADE UnB PLANALTINA

LICENCIATURA EM CIÊNCIAS NATURAIS

**UM OLHAR SOBRE ESCOLAS INCLUSIVAS DE
PLANALTINA-DF: DEFICIENTES AUDITIVOS**

AUTOR (A): JÉSSICA LAIS N. MACHADO

ORIENTADOR (A): Dra. MARIA DE LOURDES LAZZARI DE FREITAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora, como exigência parcial para a obtenção de título de Licenciado do Curso de Licenciatura em Ciências Naturais, da Faculdade UnB Planaltina, sob a orientação do Prof(a). Maria de Lourdes Lazzari de Freitas.

Planaltina - DF

Dezembro 2013

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus, que com sua infinita bondade, me permitiu chegar até aqui fazendo exatamente o que gosto. Agradeço aos meus familiares e ao meu noivo pelo companheirismo e compreensão, a amabilidade de vocês me fez forte. Agradeço muito a todos os participantes da pesquisa, alunos, professores e intérpretes, e a Ariane que me recebeu muito bem na escola de ensino médio e contribuiu muito para o trabalho. Agradeço aos amigos pela paciência e pelo carinho.

Agradeço a dedicação e empenho da minha orientadora professora Dra. Maria de Lourdes, que desde o começo da graduação me orientou e instruiu de forma brilhante. Hoje temos uma relação além de professora e aluna, somos amigas. Sou uma eterna admiradora do seu profissionalismo, aprendi muito contigo. Muito obrigada!

E, em especial, agradeço a minha mãe, Márcia Cristina Novais, que sempre lutou muito para me proporcionar uma educação de qualidade. Saiba que me espelho em seu exemplo todos os dias e que me orgulho muito da sua força, mulher guerreira, batalhadora, és o meu maior presente, agradeço a Deus por ser sua filha. Obrigada por sempre ter acreditado em minha capacidade. Eu amo você.

UM OLHAR SOBRE ESCOLAS INCLUSIVAS DE PLANALTINA-DF: DEFICIENTES AUDITIVOS

Jéssica Lais Novais Machado¹

RESUMO

O presente trabalho pretende mostrar como tem acontecido a inclusão de deficientes auditivos em escolas públicas da região administrativa de Planaltina-DF, a pesquisa foi realizada em duas escolas, uma de ensino fundamental e outra de ensino médio. Para compreender a proposta de inclusão nas escolas, foi observado e registrado a visão de escola inclusiva de acordo com intérpretes, professores, alunos e deficientes, ou seja, todos os envolvidos no contexto escolar de socialização. O objetivo do presente trabalho foi compreender as dificuldades encontradas por deficientes auditivos na instituição escolar inclusiva e efetivamente quais os procedimentos adotados pela mesma para minimizar a deficiência. O trabalho indicou um certo conformismo com os envolvidos no processo de inclusão, pois os planos idealizados por políticas públicas ainda parecem estar bem longe do esperado e, o efeito contrário pode ser o fracasso escolar, o abandono aos bancos escolares e a auto exclusão dos alunos com necessidades especiais.

Palavras-chave: Inclusão, deficientes auditivos, relação social, escolas públicas.

1. INTRODUÇÃO

A escolha do tema do presente trabalho se deu pela grande identificação com a temática. A estimulação da linguagem de sinais, por parte de professores ainda da educação infantil, permitiu a inserção de um novo horizonte, um olhar sobre colegas com deficiência auditiva. A identificação com o tema se fortificou ao ser inserida em escola inclusiva desde o ensino fundamental. A brincadeira de se comunicar com as mãos se tornou realidade, depois de cursos de aperfeiçoamento, graduação em curso de licenciatura, e por fim, está inserida no mercado de trabalho como intérprete de Libras. A grande identificação com o tema e a insatisfação com o atual modelo de escola de inclusão levou a escolha do presente trabalho.

Escolas inclusivas são escolas da rede pública de ensino que inserem pessoas com necessidades especiais no contexto escolar regular, ou seja, alunos com deficiência estudam juntos com alunos da rede de ensino, e devem ser acompanhados por profissionais especializados

¹ Graduanda em Licenciatura em Ciências Naturais

para a efetivação da aprendizagem. No caso de alunos com deficiência auditiva, eles sentem-se agrupados em sala de aula e recebem a tradução simultânea da aula dos professores para os alunos ouvintes. No contraturno são acompanhados por outras intérpretes que realizam aulas de reforço para assegurar a compreensão acerca do conteúdo por parte dos DA's.

O governo federal, por meio de suas secretarias, estimula a inclusão de alunos com diversas deficiências (intelectual, auditiva, visual, física, múltipla,...) a ingressarem no ensino regular ofertado pela rede pública de ensino. A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) reafirma o compromisso com a ampliação do atendimento educacional especializado, assegurando a igualdade de condições, acesso e permanência na escola dos alunos com necessidades especiais.

Os alunos com necessidade especial, matriculados na SEEDF, são estimulados a conviver socialmente com alunos que não apresentam atendimento especializado ou necessidade especial, proporcionando a socialização e a relação de igualdade dentro das escolas. Os alunos com deficiência auditiva (DA) são acompanhados durante todas as aulas pelo intérprete, profissional responsável em traduzir as aulas para a Linguagem Brasileira de Sinais – LIBRAS; a tradução das aulas acontece de maneira simultânea. Em horário inverso ao das aulas, os alunos (DA) recebem acompanhamento em salas de recursos, que funcionam como sala de reforço para que possam acompanhar as aulas em turno regular.

A educação promovida pela escola distingue-se de outras práticas educativas, como as que acontecem na família, trabalho, lazer e nas demais formas de convívio social, por se constituir uma prática intencional com o objetivo de promover o desenvolvimento e socialização de crianças e jovens. Entende-se a educação escolar como responsável por criar condições para que todos os estudantes desenvolvam suas capacidades e aprendam os conteúdos necessários para construir instrumentos de compreensão da realidade e para participar de relações sociais cada vez mais amplas e diversificadas, condições fundamentais para o exercício da cidadania (BRASIL, 1999).

Ao se propor a escola inclusiva, um novo papel do professor é exigido, seja a partir das práticas pedagógicas ou na sua formação. É necessário que educadores, professores, diretores e todos que trabalham em ambiente escolar estejam atentos as reações emitidas pelos alunos com necessidades especiais em relação a escola, a turma e aos colegas de classe. As reações podem

ser apresentadas como a desmotivação, a não participação nas atividades e a introspecção ou isolamento. Os cuidados com alunos especiais estão sendo observados, principalmente após o Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a lei da Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS), define várias ações com o objetivo de promover a inclusão social, e reconhece a LIBRAS como língua dos surdos brasileiros.

O professor é um importante mediador de todo processo educativo, tanto para uma turma regular quanto para alunos especiais, a fim de ser um facilitador social, cultural e transparente. Um triste exemplo é quando um professor muito motivado, mas pouco informado, realiza uma dinâmica na turma, como um jogo de perguntas e respostas ou outra atividade, e acaba incentivando um desgaste social em alunos especiais, isto porque algumas dinâmicas ou atividades não favorecem alunos com deficiência auditiva. Alguns jogos exploram agilidade e rapidez nas respostas e, alunos com deficiência auditiva precisam da tradução de cada pergunta, o que oferece desvantagem no jogo e desmotivação na continuidade da atividade proposta.

Sobre a inclusão no Distrito Federal, o Governo do Distrito federal (GDF - 2011) afirma que:

Escolas da rede pública do Distrito Federal são modelo de educação inclusiva para todo o país. Isso porque a Secretaria de Educação vem, há muitos anos, acompanhando a tendência mundial de socialização dos portadores de necessidades especiais. Descobriu-se que o atendimento educacional mais eficiente para esses alunos é aquele que permite sua convivência com outras crianças, dentro da rede de ensino regular. Sabendo disso, a Secretaria vem adaptando escolas e professores do Distrito Federal de forma gradual e contínua.

Mas não basta apenas implantar uma proposta inovadora para a educação, é preciso acompanhá-la, avaliá-la, ouvir os maiores interessados em seu sucesso. É o que o presente trabalho pretendeu fazer: a) compreender a realidade de escola inclusiva - o que está dando certo, no que a escola inclusiva falha, saber se existem profissionais (intérpretes) capacitados, saber como os alunos com necessidade especial, especificamente deficiência auditiva, se sentem diante dessa proposta no meio educacional. A exploração desse tema se apóia na necessidade de compreender as limitações enfrentadas por esses alunos, para que a escola inclusiva não seja só uma maneira de mascarar o preconceito, mas seja utilizado para o verdadeiro intuito que é o desenvolvimento cognitivo e bem estar desses alunos; b) quais os procedimentos adotados pela escola para superar os desafios da inclusão - como acontece a relação entre deficientes auditivos e

professores, quais os materiais didáticos e pedagógicos utilizados na sala de recursos, vantagens e desvantagens da inclusão de deficientes auditivos em turmas regulares.

2. METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada na cidade de Planaltina, uma região administrativa do Distrito Federal. Planaltina foi criada em 1859 e ocupa uma área de 1.534,96 km². Dentre as regiões administrativas do Distrito federal, Planaltina é a mais antiga, sua população atinge aproximadamente 230 mil habitantes, possuindo 64 escolas públicas, sendo 42 urbanas e 22 rurais.

A pesquisa qualitativa foi realizada em duas escolas públicas inclusivas de Planaltina-DF, sendo uma de ensino fundamental (EF) e outra de ensino médio (EM). Em ambas as escolas foi utilizado instrumento de pesquisa (questionário com questões subjetivas) aplicado aos professores (4 do EF e 5 EM), intérpretes (4 do EF e 5 do EM), alunos DA (4 do EF e 4 do EM) e alunos ouvintes (8 do EF e 7 do EM). Para a aplicação do instrumento de pesquisa houve a colaboração dos intérpretes que acompanham os alunos com deficiência auditiva. Para analisar os recursos didáticos e a comunicação existente nas escolas inclusivas foi feita visita as salas de recursos e acompanhado os intervalos entre as aulas. Após foi feita a análise dos dados obtidos pelo instrumento de pesquisa e sua comparação com os dados existentes na literatura.

3. RESULTADOS

3.1. Observação realizada na escola

Durante toda a pesquisa inúmeras visitas foram feitas as escolas participantes para a coleta de dados e também foram analisados alguns critérios, como por exemplo: a metodologia das aulas, recursos didáticos disponíveis, relação social na escola....

3.1.2. Metodologia nas aulas:

Nas duas escolas analisadas a percepção sobre a metodologia das aulas foi a mesma. Na prática, as aulas não são planejadas de uma forma a beneficiar a inclusão. As aulas oferecidas parecem seguir as mesmas tradições pessoais de cada professor, nitidamente não houve adaptação

para a inclusão de pessoas com necessidades especiais em sala de aula. As aulas observadas foram expositivas e não ofereceram oportunidade para o uso da leitura labial, não apresentaram ludicidade e nem analogias. Para o deficiente auditivo alguns conceitos são intensamente abstratos e algum modelo, atividade prática, jogos, demonstração ou experimento, facilitaria muito a compreensão do conteúdo. Para Cardia (p. 04, 2011) a vontade de aprender leva a criança ao sucesso ou ao fracasso escolar, o jogo pode ser essencial para estimular a vontade de aprender das crianças e, infelizmente, muitas vezes é esquecido nas salas de aulas.

Durante as observações, foi possível presenciar apenas um ato de inclusão dentro de sala de aula, aconteceu durante a aula de história na escola de ensino médio, a professora se mostrou preocupada com a compreensão dos alunos com deficiência auditiva acerca do conteúdo ministrado. Essa iniciativa da professora de história, infelizmente, não é muito comum nas escolas, na maioria das vezes o professor regente deixa os intérpretes com toda a responsabilidade de tradução e comunicação com os alunos com deficiência auditiva. As aulas são direcionadas única e exclusivamente para alunos ouvintes, a afirmativa se confirma quando nas duas escolas foi possível ouvir este desabado dos intérpretes. Durante outra aula observada na escola de ensino fundamental, a intérprete de Libras abandonou a sala de aula dizendo ter uma reunião naquele horário e os alunos D.A's ficaram sem a tradução daquela aula.

Recursos didáticos

Apesar da falta de recursos didáticos em sala de aula, elaborados e planejados pelos professores, cada um com sua disciplina, a sala de recursos das duas escolas oferecem um apoio didático mais favorável aos deficientes auditivos. Alguns professores contribuem com materiais didáticos para a sala de recursos, mas a maioria dos recursos é confeccionado pelas próprias professoras, responsáveis pela sala de recursos, e nem sempre são especialistas nas disciplinas que desenvolvem formas lúdicas de ensinar determinado conteúdo.

Sala de recursos

Na escola de ensino fundamental, a sala de recursos oferece, além das aulas de reforço escolar (teórico e lúdico), estrutura linguística e algumas noções de cidadania. Neste espaço é orientado como se identificar como surdo, como fazer compras no comércio, como se comportar

em determinadas situações, etc. Na escola de ensino médio, a sala de recursos funciona como um apoio às aulas. Nas duas escolas percebe-se que na sala de recursos acontece uma maior aproximação com os professores, lá todos são mais próximos e mais livres para esclarecer dúvidas.

3.1.2. Relação social em ambiente escolar

Sala de Aula

Durante as aulas, os alunos com deficiência auditiva de cada sala (aproximadamente 4 por turma) sentam em grupo na parte da frente da sala, esta configuração na organização da sala ajuda na tradução mas de uma certa forma separa os alunos D.A's dos ouvintes. A interação entre alunos ouvintes e alunos D.A's ocorrem durante a mudança de professor, intervalo, entrada e saída da escola. Quando solicitada a formação de grupo para a execução de atividades, os grupos formados com alunos ouvintes e D.A's são sempre os mesmos.

Relação aluno D.A x Professor

Neste item são raros os professores que sabem libras, os que sabem não utilizam. Foi difícil presenciar professores preocupados com a inclusão de alunos especiais em suas classes. Não foi presenciada nenhuma especificidade no comportamento dos professores para os alunos especiais.

Intervalo das aulas

Em alguns momentos da pesquisa, alunos com deficiência auditiva declararam possuir uma boa relação com os colegas ouvintes, mas na prática foi possível perceber, claramente, que durante os intervalos os alunos D.A's mais uma vez se concentram em grupo, também foi destacado, nas duas escolas, que eles se encontram no mesmo local, em frente a sala de recursos. Quando uma intérprete foi questionada sobre essa diferença, respondeu que a razão do isolamento entre grupos de surdos e ouvintes se dá, meramente, por afinidade e não por razões preconceituosas que os excluem.

Idioma

A língua portuguesa, nas duas escolas, é tratada como “segunda língua” para os deficientes auditivos, o que leva em consideração que a linguagem de sinais é sua primeira língua. Sendo assim, Português e Língua Estrangeira Moderna (LEM), que no caso das duas escolas é o inglês, é ensinado para os deficientes auditivos separadamente da turma convencional. O conteúdo proposto e as atividades são passadas de forma diferente para os D.A’s para atender as suas limitações e alcançar o objetivo da aprendizagem. Os professores responsáveis são formados em Letras e possuem habilitação para a língua estrangeira e oferecem as aulas em Libras.

Projetos de incentivo a linguagem de sinais – Libras

Na escola de ensino fundamental, a linguagem é ensinada aos alunos da escola através da disciplina de artes, que foi a disciplina escolhida para estimular a comunicação entre todos da escola. Além das aulas de Libras, a escola assume o compromisso de tratar a parte educativa, falar do preconceito, da igualdade, de se trabalhar com as diferenças a fim de minimizar as dificuldades em ambiente escolar. Na escola de ensino médio, regularmente são oferecidos cursos para alunos aprenderem Libras e também para professores, mas a procura tem sido baixa. As duas escolas reforçam a importância da inclusão durante a semana do deficiente, onde enfatizam as causas da deficiência, a igualdade, preconceito, o potencial do surdo e a própria linguagem de sinais.

Escolas Inclusivas

Em uma visita a Regional de Ensino de Planaltina-DF para buscar informações para pesquisa, foi perguntado a uma funcionária quais escolas da cidade eram inclusivas, respondeu que todas as escolas são inclusivas. Ou seja, a partir do momento em que um aluno portador de necessidades especiais (qualquer deficiência) se matricular em uma determinada escola, esta passa a ser inclusiva, mesmo sem inicialmente acontecer a formação e capacitação dos professores, ou adaptação do ambiente escolar.

3.2. Abaixo serão apresentados os resultados obtidos com a aplicação do instrumento de pesquisa com professores, intérpretes, alunos sem deficiência auditiva e com deficiência auditiva.

Conversa com os professores

Pelo instrumento de pesquisa foi questionado, aos professores (quatro de ensino fundamental e cinco do ensino médio) que lecionam em salas inclusivas, das duas escolas participantes, como era a relação deles com os alunos com deficiência na escola, 75% dos professores da escola de ensino fundamental afirmaram ter um bom relacionamento e 25% mantêm um relacionamento regular com os deficientes auditivos, já na escola de ensino médio 100% dos professores entrevistados afirmaram manter um bom relacionamento, apesar de algumas falas como “*Boa, porém raramente nos comunicamos pelo fato de não compreender libras*” (Professora 4 do EM). Segundo Abreu e Massetto (1996) toda aprendizagem precisa estar embasada num bom relacionamento entre os elementos que participem do processo: aluno, professor e colegas de turma. Sendo assim a interação entre esses agentes resulta na aprendizagem do aluno, que pode ser mais ou menos facilitada, e no caso de deficientes auditivos a linguagem é um fator determinante, por isso também foi questionado aos professores se eles sabiam libras e se gostariam de aprender, 75% dos professores de ensino fundamental dizem saber pouco, já tiveram algumas aulas, mas não dominam a linguagem e 25% não conhece a língua, mas todos afirmam que gostariam de aprender mais. Na escola de ensino médio 60% disseram saber pouco e 40% desconhecem a linguagem e todos gostariam de aprender mais.

Foi perguntado aos professores se ao preparar suas aulas planejam uma aula inclusiva, ou seja, que abranja todos os alunos e que não exclua os que possuem deficiência. Na escola de ensino fundamental 100% dos professores disseram que planejam aulas inclusivas e na escola de ensino médio 80%. A percepção dos professores acerca do planejamento de aulas inclusivas pode ser observado nas falas: “*utilizo apostilas que facilitam o estudo, questionários simplificados e vídeos-aula sempre com legendas*”(Professora 2 do EF); “*tento preparar aulas que possibilitem uma inclusão para todos os alunos (deficientes e os demais), mas com o acúmulo de conteúdos e baixa carga horária esta adaptação nem sempre acontece como planejada*”(Professor 1 do EM). É fundamental que os professores estejam engajados na luta a favor da inclusão dos alunos com deficiência e aquisição de habilidades para lidar com as adversidades em sala de aula. Segundo Lacerda (2006) acontece com frequência a desinformação dos professores e o desconhecimento sobre a surdez e sobre os modos adequados de atendimento aos alunos.

Também foi perguntado aos professores se já perceberam alguma situação de exclusão, 75% dos professores de ensino fundamental e 40% do ensino médio já presenciaram situações de

exclusão dentro da escola. *“já percebi situação de auto exclusão, onde alguns alunos com deficiência se excluem”*(Professor 3 do EF), *“já percebi várias situações, pois nossa sociedade está caminhando para a inclusão, mas ainda é excludente”*(Professor 5 do EM). A inclusão é, portanto, um processo que busca remover as barreiras impostas pela exclusão em seu sentido mais amplo. Sendo a escola o centro do contexto social, os desdobramentos e transformações ocorridas na sociedade serão refletidas na escola (ESCÓRCIO, 2008).

Outro importante questionamento foi se no ponto de vista dos professores a inclusão de pessoas com deficiência auditiva realmente acontece na escola; todos os professores entrevistados (100 %), das duas escolas, acreditam que a inclusão efetivamente acontece em suas respectivas escolas, como pode-se observar nas falas: *“...existem intérpretes de LIBRAS nas salas onde tem deficientes auditivos, acredito que ainda falte adaptação nas avaliações de atividades feitas por esses alunos”* (Professor 1 do EM), *“Os alunos convivem muito bem entre eles e também com professores, mas com o curso de LIBRAS melhoraria bastante”*(Professor 2 do EM), *“Sim, e de forma plena em todos os sentidos e ações”*(Professor 3 do EM). Apesar dos professores acreditarem que a inclusão atualmente é satisfatória, Lacerda (2006) alerta que, apesar da presença física, o aluno surdo não é considerado em muitos aspectos, criando-se assim uma falsa imagem de que a inclusão é um sucesso.

Conversa com os intérpretes

As escolas participantes da pesquisa incluem os alunos DAs em turmas regulares que são acompanhados por intérprete de Libras e na escola de ensino fundamental há separação por área, ou seja, existe o intérprete que acompanha as disciplinas de humanas e o intérprete que acompanha as disciplinas de exatas. Nas duas escolas a disciplina de Língua Portuguesa é tratada como “segunda língua” e é trabalhada em sala exclusiva para os DAs, além dela o Inglês também é trabalhado separadamente dos alunos ouvintes. Para reforçar o processo de ensino-aprendizagem os alunos incluídos recebem atendimento de reforço no contra turno das aulas.

Os intérpretes que atuam nas escolas são funcionários da SEEDF (efetivos ou temporários) licenciados. Sendo assim, questionamos a formação e/ou aperfeiçoamento para se formarem intérpretes de Libras. Todos os profissionais entrevistados afirmam ter feitos cursos, o mais citado foi o curso oferecido pela SEEDF através da EAPE (Escola de Aperfeiçoamento de

Profissionais da Educação). No entanto, nenhum intérprete da escola de ensino fundamental tem o PROLIBRAS, que é “o exame de proficiência para certificar instrutores e professores de língua de sinais e tradutores e intérpretes de língua de sinais. Na escola de ensino médio 60% dos profissionais possuem esta certificação. De todos os intérpretes entrevistados apenas 1 (um) do EM é graduado em Letras/Libras. Alguns profissionais ainda sentem sua formação deficiente, como na fala: “... a carência de cursos de Libras dificulta muito o trabalho dos professores que precisam de uma formação continuada e de qualidade.” (Intérprete 3 do EF).

Também foi questionado se estes intérpretes se sentem realmente preparados para exercer essa função de mediador ou tradutor em sala de aula, 80% dos intérpretes da escola de ensino fundamental afirmam estarem preparados, e 20% não, como é mostrado: “Não, é sempre observado a necessidade de buscar o conhecimento e a formação continuada” (Intérprete 3 do EF). Na escola de ensino médio todos (100%) os entrevistados se sentem preparados para exercer a função de intérprete, mas alguns retratam um pouco de insatisfação, por exemplo: “Depois de 10 anos me sinto preparada, embora Libras seja uma língua dinâmica, estou sempre aprendendo. Falta cursos para pessoas interessadas, não há cursos avançados.” (Intérprete 3 do EM). A necessidade de cursos de formação continuada e de aprofundamento em Libras tão lembrado pelos entrevistados, pode ser confirmada com a fala de Lacerda (2006, p.8):

Na realidade brasileira, são poucas as pessoas com formação específica para atuarem como intérpretes da LIBRAS. Tem crescido o número de cursos oferecidos, todavia eles se concentram nos grandes centros, atingindo um número restrito de pessoas. Desse modo, é difícil encontrar, em cidades do interior, pessoas com formação específica como intérprete da LIBRAS e que se disponham a atuar como intérprete educacional, já que este trabalho exige dedicação de muitas horas semanais, com horários fixos.

O deslocamento para a execução dos cursos oferecidos também foi uma das respostas dos intérpretes, já que anteriormente os cursos da EAPE era realizados na cidade de Taguatinga-DF, a aproximadamente 57 Km de Planaltina-DF, o que tornava inviável o deslocamento para o local do curso. Atualmente os cursos são oferecidos no Plano Piloto-DF, o que apenas minimiza a dificuldade, mas não resolve absolutamente.

Foi questionado aos intérpretes se a inclusão de pessoas com deficiência auditiva na escola precisa mudar. Na escola de ensino fundamental 25% dos entrevistados disseram que não há

necessidade de mudança, e os outros 75% acreditam na necessidade de certas mudanças. Como nas falas: *“A sociedade precisa se conscientizar da dificuldade enfrentada pela pessoa surda para que a transformação aconteça. A escola sozinha não consegue separar as barreiras do preconceito. A escola é o reflexo da sociedade que precisa urgentemente se conscientizar que as diferenças individuais devem ser respeitadas e valorizadas.”* (Intérprete 3 do EF); *“Diria que precisa melhorar, como com projetos que façam os alunos ouvintes terem mais acesso e comunicação em Libras. Já há um desses aqui, só que deveria dar mais ênfase nele.”* (Intérprete 4 do EF). Na escola de ensino médio, 20% dos intérpretes acham desnecessário as mudanças, e 80% acham viável certos ajustes, como proposta de formação continuada dos intérpretes e professores regentes, curso de Libras para alunos ouvintes oferecidos pela EAPE, mais esforço por parte dos professores regentes em aprender Libras e investimentos em recursos pedagógicos.

Assim como foi questionado aos professores também perguntamos aos intérpretes se a inclusão de alunos com deficiência auditiva realmente acontece na escola. Na escola de ensino fundamental 25% dos entrevistados acreditam na total inclusão dos alunos surdos, e 75% acreditam que estes estão incluídos parcialmente, como podemos observar nas falas: *“...estamos caminhando ainda, a discriminação está dentro das pessoas e enquanto essa visão não muda o surdo continua sendo visto de maneira diferente de uma pessoa que tem outro tipo de comunicação, uma outra língua.”* (Intérprete 4 do EF) e *“é um processo que está sendo construído, com seus erros e acertos, mas já que deu o ponta pé inicial cabe a nós procurarmos o conhecimento para agir com segurança e vontade de transformação.”* (Intérprete 3 do EF). Já na escola de ensino médio 80% dos intérpretes acreditam que a inclusão seja efetiva e 20% acreditam que não: *“não, porque todos os envolvidos acham que os DAs são alunos do intérprete e não do professor regente. A dificuldade ainda permanece, o preconceito também, não se elimina preconceito com leis, precisa haver conscientização. Hoje os deficientes auditivos estão isolados dentro da sala de aula com o intérprete por que tudo é muito rápido e não sobra tempo para que se faça a socialização, é preciso paciência.”* (Intérprete 3 do EM).

Quando se insere um intérprete de Língua de Sinais na sala de aula abre-se a possibilidade do aluno surdo poder receber a informação escolar em sinais, através de uma pessoa com competência nesta língua. Contudo, é preciso que se leve em consideração (especialmente na realidade brasileira) que, a presença da Língua de Sinais não é garantia de que a criança surda

apreenda facilmente os conteúdos, porque nem sempre ela conhece essa língua, ou possui interlocutores capazes de inseri-la nesse universo lingüístico (LACERDA, 2006 p. 5). Por isso a intenção do acompanhamento pedagógico planejado para que o ensino atenda a todos os alunos.

Conversa com alunos ouvintes (sem deficiência auditiva)

Com a inclusão em escolas de rede pública do DF, os alunos surdos e ouvintes convivem juntos compartilhando os trabalhos e a metodologia proposta pela escola. Sendo assim, os alunos ouvintes também foram entrevistados a fim de reconhecer a percepção de alunos ouvintes acerca da inclusão dos D.A's. Primeiramente foi questionado aos alunos ouvintes se eles gostam da inclusão de deficientes auditivos na escola e 88% dos alunos do ensino fundamental aprovam a inserção de alunos surdos e na escola de ensino médio 100% dos entrevistados aprovam a inclusão. Como pode ser observado nas falas: *“Sim, é importante para eles e para nós mesmos também. Eles aprendem com a gente e principalmente a gente aprende com eles.”* (Aluno 7 do EM). *“Sim, pois as pessoas aprendem a conviver com os deficientes”* (Aluno 1 do EF). Para Lacerda (2006, p. 166) “a dificuldade maior está em oportunizar uma cultura de colaboração entre alunos surdos e ouvintes, e que professores e especialistas que participam da atividade escolar constituam uma equipe com tempo reservado para organização de atividades, trabalhando conjuntamente numa ação efetiva de proposição de atividades que atendam às necessidades de todos os alunos”.

Para tomarmos conhecimento da maneira como se dá a comunicação entre os alunos, na escola de ensino fundamental obtivemos diversas respostas, como a forma escrita para comunicação, a ajuda do intérprete, alguns usam LIBRAS, outros evitam a comunicação. Na escola de ensino médio os meios para comunicação com os D.A's foram os mesmos citados pelos alunos da outra escola, mas a maioria dos alunos de EM compreendem pelo menos razoavelmente a linguagem de sinais. Todos os alunos ouvintes entrevistados, das duas escolas, afirmaram que gostariam de aprender mais a Linguagem de Sinais.

Foi questionado aos alunos se eles e/ou os colegas tem alguma resistência/dificuldade em fazer os trabalhos em grupo com os D.A's e todos os alunos da escola de ensino fundamental afirmaram não ter problema nenhuma nesse aspecto, e citaram que o intérprete auxilia no

decorrer da atividade através da comunicação e também afirmaram que alguns D.A's são oralizados, o que facilita a execução das tarefas. Na escola de ensino médio 85% dos alunos entrevistados não vêem problemas em realizar trabalhos em grupo com deficientes auditivos, pois são auxiliados pelo intérprete da sala e também reconhecem que os D.A's são alunos esforçados e comprometidos com os trabalhos escolares e 15% acredita que exista sim uma certa dificuldade, o que pode ser constatado na fala: *“Sim, porque as vezes é até meio constrangedor você querer falar com eles ou vice-versa e não haver compreensão”* (Aluno 2 do EM). *“A experiência de inclusão parece ser muito benéfica para os alunos ouvintes que têm a oportunidade de conviver com a diferença, que podem melhor elaborar seus conceitos sobre a surdez, a língua de sinais e a comunidade surda, desenvolvendo-se como cidadãos menos preconceituosos”* (LACERDA, 2006, p. 181).

Todos os entrevistados gostariam de lidar mais socialmente com os D.A's da escola e aos serem questionados a cerca do que poderia ser mudado para que esta aproximação aconteça, a maior parte dos entrevistados acredita que com a aprendizagem da linguagem de sinais a barreira da comunicação já se esgotaria, outras sugestões também foram citadas como: freqüentar mais a sala de recursos, fazerem trabalhos escolares juntos e divulgação da cultura surda em cartazes pela escola.

Na escola de ensino fundamental, 63% dos entrevistados acreditam que a inclusão de pessoas com deficiência auditiva realmente acontece na escola e 37% acreditam que não há efetivação da inclusão, o que pode ser demonstrado com as falas: *“não tem a real inclusão dos deficientes porque alguns alunos não dão muita importância para eles.”* (Aluno 3 do EF), *“...outro fator que dificulta é a comunicação, que muitos não sabem, acham difícil, então eu acho que deveria ter a inclusão dos D.A's no cotidiano escolar”* (Aluno 2 do EF). Na escola de ensino médio, 30% dos alunos acreditam na inclusão, outros 70% acham que não, devido a constante demonstração de preconceito vivida na escola e barreiras na comunicação. Os próprios alunos ouvintes sentem a dificuldade da implementação da inclusão de pessoas com deficiência auditiva na escola, há muito a ser trabalhado para a efetiva socialização de todos os envolvidos na educação. A inclusão precisa, efetivamente, acontecer na comunidade escolar e ser tratada sem discriminação, com igualdade e conhecimento.

Conversa com alunos com deficiência auditiva

“A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação a ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.” (BRASIL, 2010) A perspectiva das autoridades para a inclusão no Distrito Federal se dá positivamente, mas é fundamental apreciar a análise dos maiores interessados no sucesso na inclusão: os deficientes. Por isso, a presente pesquisa não poderia deixar de compreender a forma que os D.A’s avaliam a inclusão em suas respectivas escolas. Para a interpretação dos dados foi levado em consideração a objetividade das respostas dos alunos que não costumam justificar suas respostas, pois rotineiramente acontecem dificuldade de interpretação. Para a aquisição dos dados, além da pesquisadora e o aluno D.A houve o auxílio de um intérprete de libras da própria escola para auxiliar na tradução e transcrição das respostas para o questionário e para que não houvesse influência (vício) nas respostas.

Através do instrumento de pesquisa foi questionado aos D.A’s se os intérpretes da escola são realmente preparados para exercer a função de tradutor. E todos (100%) dos entrevistados das duas escolas, tanto de ensino fundamental quanto de ensino médio, acreditam na capacitação profissional dos interpretes. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB nº9394/1996) estabelece que os sistemas de ensino deverão assegurar, principalmente, professores especializados ou devidamente capacitados, que possam atuar com qualquer pessoa especial na sala de aula. Sendo assim, a aceitação da capacidade dos intérpretes por parte dos alunos já é um reconhecimento muito importante para o bom andamento da inclusão.

Outro questionamento feito foi se na opinião deles deveria existir algum projeto que estimulasse todos os membros da escola a aprender Libras, e mais uma vez os entrevistados foram unânimes, todos (100%) acreditam na importância de estímulos para os ouvintes aprenderem a linguagem de sinais para minimizar a barreira da falta de comunicação e contribuir para o convívio social. Para Oliveira (p.100, 2013) uma das maiores dificuldades encontradas

pelos alunos com necessidades educativas especiais, especificamente os surdos, é derrubar as barreiras referentes à comunicação.

Também foi questionado aos entrevistados se já haviam sofrido algum tipo de exclusão dentro da escola, na escola de ensino fundamental 75% dos entrevistados garantem a completa inclusão e dizem não sofrer preconceito em ambiente escolar, e 25% já vivenciou a exclusão dentro da escola, como se sentir isolados na formação de grupos para trabalhos, dificuldades em ter amigos, rejeição na aula de determinados professores. Na escola de ensino médio 100% dos alunos entrevistados nunca passaram por situações de constrangimento e exclusão. É muito importante que a necessidade de incluir pessoas com deficiência acabe prejudicando as relações sociais entre surdos e ouvintes criando barreiras de relacionamento. Por isso é fundamental promover atividades que possam abolir toda manifestação de preconceito e que retrate a igualdade. Segundo Zimmermann e Strieder (p. 159, 2010) “este é um grande desafio, difícil, complexo, mas não impossível. A educação inclusiva possibilita uma mudança de mentalidade, alarga horizontes de esperança inclusiva para articular a sociabilidade com o potencial dos diferentes.”

Alunos com necessidades especiais são atendidos no contra turno, na sala de recursos, para uma espécie de “reforço” das aulas, com atividades elaboradas pelos professores, esclarecimento de dúvidas, etc., devido a este atendimento foi perguntado aos alunos se o reforço da sala de recursos é eficiente. Todos os alunos da escola de ensino fundamental acreditam que a sala de recursos contribui para o rendimento escolar dos alunos D.A’s, como é possível confirmar com a fala: *“é suficiente, muito bom. Há muitos materiais diferentes lá (lúdicos) que facilitam nossa aprendizagem”* (aluno D.A 1 do EF). Na escola de ensino médio 75% aprovam a finalidade e a eficiência da sala de recursos e 25% não, como na fala: *“às vezes é confuso, meio bagunçado. Os próprios alunos atrapalham”* (aluno D.A 1 do EM). Para compreender melhor a resposta do aluno foi pedido que justificasse sua resposta e ele explicou que devido a sala de recursos ser em tamanho reduzido (é menor do que as salas de aula padrão das escolas do DF) todos os surdos permanecem na sala, mesmo sem estar em atendimento e, acabam fazendo outras atividades que chamam atenção dos alunos e os distraem para a atividade pedagógica, atrapalhando a atividade de reforço. Rijo (p.20, 2009) faz uma fala muito importante: “Para que o processo de inclusão seja consolidado, deve-se criar um ambiente favorável, no qual, o aluno surdo possa desenvolver suas potencialidades. Neste sentido, é preciso que o sistema de educação disponibilize para as

escolas, os recursos necessários a este processo. No entanto, muitas escolas que recebem estes alunos não disponibilizam destes recursos, sendo assim, o aluno surdo é integrado nesta escola, porém, não é incluído”.

Foi perguntado aos deficientes auditivos, como em todas as outras categorias de entrevistados, se a inclusão de deficientes auditivos realmente acontece na escola. Na escola de ensino fundamental 75% dos entrevistados acreditam que sejam realmente incluídos pela sociedade escolar, e 25% acredita que a inclusão acontece razoavelmente. Na escola de ensino médio, 75% acreditam que socialização inclusiva e 25% discorda da efetiva inclusão, como na fala de um aluno: *“quando cheguei na escola percebi que surdos e ouvintes interagem pouco. Percebi pouco esforço por parte dos ouvintes.”* (aluno D.A 1 do EM).

Para finalizar a pesquisa foi perguntado aos D.A's o que poderia ser melhorado para a efetivação da inclusão e as respostas foram as mais variadas, como por exemplo: mais esforço por parte dos ouvintes para aprender libras, minimizar a bagunça dos alunos da sala de aula porque isso atrapalha o envolvimento do surdo na aula, mais auxílio nas disciplinas e mais esforço para a que os surdos possam fazer leitura labial (não são todos D.A's que sabem fazer leitura labial). As sugestões defendidas pelos alunos surdos parecem muito básicas para a efetivação da integração social entre alunos surdos e ouvintes e qualquer outra deficiência. Uma comunidade escolar que sabe libras reconhece-se como um ambiente de inclusão que diminui os ruídos em sala de aula, reforçam a sala de recursos e conseguem ter o bom senso de pelo menos falar pausadamente para que alguns surdos realizem a leitura labial que é a base para a socialização de deficientes auditivos.

4.CONCLUSÃO

De acordo com a análise dos dados é possível inferir que os envolvidos com a inclusão escolar parecem “conformados” com a implantação atual. Isto pode ser comprovado com as divergências nas falas dos envolvidos no processo. Como os professores que afirmam ter um bom relacionamento com os alunos deficientes auditivos, mas foi constatado uma ausência de comunicação (indiferença) ou quando todos os professores entrevistados disseram que gostariam de aprender Libras mas os cursos oferecidos pelas escolas de Planaltina raramente conseguem

fechar turma devido ao baixo número de interessados ou quando os D.As (75%) sugerem melhorias na escola citando maneiras básicas de socialização.

As políticas públicas propostas até o momento para a efetivação da inclusão não foram contempladas. Para que a escola possa realmente incluir alunos com deficiência é fundamental preparar o ambiente escolar previamente, oferecer curso básico de Libras ao professores, alunos ouvintes e funcionários, oferecer aulas, palestras e/ou dinâmicas sobre inclusão e também sobre cidadania. Trabalhar com os professores a importância do lúdico para o deficiente, o uso correto dos recursos didáticos, acompanhar o processo de integração e realizar periodicamente intervenções positivas para a efetivação da inclusão. Planejar a inserção do aluno especial em todas as atividades da escola e oferecer mais cursos de formação continuada para os intérpretes. Compor equipe com profissionais capacitados com supervisor pedagógico, assistente social e psicólogo, além de professores e intérpretes. O presente trabalho pretendeu mostrar como tem acontecido a inclusão de deficientes auditivos em escolas públicas da região administrativa de Planaltina-DF e propõe uma reflexão sobre escola inclusiva que é um grande desafio para a sociedade, possibilitando uma mudança de mentalidade e a esperança de um amanhã melhor para alunos com necessidades especiais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. C.; MASSETTO, M.T. O professor universitário em sala de aula: prática e princípios teóricos. São Paulo: Edt. Associados, 1996.

BRASIL, Governo do Distrito Federal – GDF. **Inclusão escolar no DF é exemplo para o Brasil.** Disponível em: HTTP://www.df.gov.br/003/00301009.asp?HCD_CHAVE=2442. Acesso em: 13 de junho de 2011.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/Secretaria de Educação Especial.** Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

BRASIL, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Disponível em: HTTP://www.se.df.gov.br/?page_id=204 Acesso em 4 de julho de 2012.

BRASIL, Portal do Cidadão. Governo do Distrito Federal – GDF. Disponível em: <HTTP://www.planaltina.df.gov.br> Acesso em: 20 de junho de 2012.

LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB - 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf> Acesso em 10 de outubro de 2013.

CARDIA, Joyce Aparecida Pires. **A importância da presença do lúdico e da brincadeira nas séries iniciais: em relato de pesquisa.** Revista Eletrônica de Educação. Ano V. N° 09, jul./dez. 2011.

ESCÓRCIO, Daniela Coutinho de Moraes. **A interação entre professor e aluno com deficiência intelectual em escola inclusiva: um estudo de caso.** Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008. Disponível em: <http://slt.ifsp.edu.br/portal/images/stories/socio/socio/NAPNE/publicacoes-educ-especial/cp128607.pdf> Acesso em 10 de setembro de 2013.

Governo do Distrito Federal (GDF). **A inclusão escolar do DF é exemplo para o Brasil.** Disponível em:<<HTTP://WWW.df.gov.br/003/00301009.asp?HCDCHAVE=2442>.> Acesso em 13 de junho de 2011.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa. **A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem os alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência.** Cad CEDES, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n69/a04v2669.pdf> Acesso em: 9 de setembro de 2013.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa. **A inserção da criança surda em classe de crianças ouvintes: Focalizando a organização do trabalho pedagógico.** Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/1518t.PDF> Acesso em: 29 de outubro de 2013.

OLIVEIRA, Fabiana Barros. **Desafios na inclusão dos surdos e o intérprete de Libras.** Diálogos & Saberes, v. 8, n.1, 2012. Disponível em: <http://seer.fafiman.br/index.php/dialogosesaberes/article/viewFile/171/102> Acesso em: 11 de outubro de 2013.

PROLIBRAS. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. Instituto Nacional de Educação dos Surdos – INES. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <http://www.prolibras.ufsc.br/> Acesso em: 18 de setembro de 2013.

RIJO, Marcos Giovane de Quevedo. **A inclusão de alunos surdos nas escolas públicas de Passo Fundo.** Cuiabá – MT, 2009. Disponível em: http://bento.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201007111045971marcos_giovane.pdf Acesso em: 12 de outubro de 2013.

ZIMMERMANN, Rose Laura Gross. STRIEDER, Roque. **A inclusão escolar e os desafios da aprendizagem** - 2010. Disponível em: http://www.utp.br/cadernos_de_pesquisa/pdfs/cad_pesq10/10_a_inclusao_cp10.pdf Acesso em: 12 de outubro de 2013.